

NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

O **DMAE** É DE PORTO ALEGRE

ÁGUA E SANEAMENTO NÃO SÃO MERCADORIAS!



SINDICATO DOS MUNICIPÁRIOS DE PORTO ALEGRE - SIMPA
CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS – CORES DMAE

NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

O DMAE É DE PORTO ALEGRE

CONTRAPONTO AO MODELO DE PRIVATIZAÇÃO/ CONCESSÃO/ PARCEIRIZAÇÃO DO DMAE PROPOSTO PELO GOVERNO MUNICIPAL





ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

CONCESSÃO PARCIAL: chamada pela Administração Municipal de “Parceirização” com objetivo de atender ao Novo Marco Legal e captar recursos para drenagem.

PARCEIRO: empresa privada ou concessionária que será responsável (por 35 anos) pela distribuição de água tratada; coleta, condução e tratamento de esgoto sanitário, comercialização e arrecadação das tarifas de água e esgotos

DMAE (?): ficará com a responsabilidade da captação e tratamento de água e drenagem urbana

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

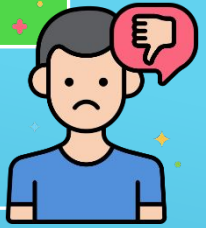
Se trata de uma decisão política de desestatização, ou seja privatização, que vem sendo posta em prática pelas duas últimas administrações municipais em detrimento da vontade da população de Porto Alegre e de critérios técnicos

Transformação de um monopólio natural público em um monopólio natural privado!?

DMAE já atende a população com 100% do abastecimento de água e 78% de esgotamento sanitário, considerando as soluções individuais e vem sendo sucateado nos últimos anos para justificar a Concessão.

REALIDADE

Os estudos apresentados pelo BNDES apresentam muitas inconsistências e não justificam a decisão por uma Concessão Parcial



INSPEÇÃO ESPECIAL TRIBUNAL DE CONTAS DO RS - Informação Nº 73/2020:

*“... houve a escolha dos serviços de saneamento para integrarem estudos visando a avaliação da vantajosidade da delegação em relação ao quadro atual no qual a prestação é realizada pelo DMAE. **Não se identificou, no entanto, qualquer estudo realizado que demonstrasse a motivação pela escolha, sendo a decisão tomada no âmbito exclusivo da administração centralizada, sem consulta ao DMAE ou ao seu Conselho Deliberativo.**”*

A Inspeção Especial identificou diversas irregularidades cometidas pelas Administração Municipal no processo:

- Contratação do BNDES sem amparo legal;
- Incongruência entre os montantes envolvidos visto que a principal atividade de todos os estudos promovidos terá custo inferior à intermediação e a apoio promovidos pelo BNDES;
- Fragilização do princípio de isonomia;
- Impossibilitou que o próprio DMAE (órgão do município com expertise no assunto) realizasse e/ou fiscalizasse os estudos ou opinasse sobre a viabilidade a aplicabilidade dos mesmos;
- Desconsideração do interesse público;
- Celebração de pacto sem a garantia de segurança jurídica;
- Não celebração de processo licitatório que garantisse competitividade e preços mais vantajosos à Administração”



REALIDADE

Evidências do sucateamento proposital do DMAE para justificar a privatização

A INSPEÇÃO ESPECIAL TCE/RS - Informação Nº 73/2020 verificou que:

*“a ausência de reposição de pessoal se associa: ao aumento de perdas físicas e econômicas; ao aumento de ocorrências de falta de água no município; ao risco na garantia da qualidade da água tratada e do esgoto lançado no Lago Guaíba, importando também perdas decorrentes de multas aplicadas pelo órgão ambiental; à perda da qualificação técnica da autarquia; à sua desestruturação; a dificuldades na execução de projetos e de especificações técnicas de compras; ao retardo no atendimento ao usuário; à falta de capacidade técnica para suprir demandas de manutenção de redes. Todos esses aspectos resultam na perda da qualidade dos serviços, no **dano irreparável à imagem do DMAE**, e na **deterioração dos recursos humanos e econômicos necessários para a manutenção de suas atividades essenciais e finalísticas**”*

REALIDADE

“O conjunto das irregularidades ...revela a prática de atos administrativos e de gestão contrários às normas de administração financeira e orçamentária, especialmente na ingerência na gestão da Autarquia, impedindo a reposição de seu quadro de pessoal, ocasionando falhas no abastecimento de água, principalmente na região sul da cidade, bem como causando prejuízos milionários ao DMAE.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC nº 8004/2023

Processo nº 000363-0200/19-4
Relator: Conselheiro Edson Brum
Tipo: Inspeção Especial
Órgão: Executivo Municipal de Porto Alegre

+ ECONOMIA  **MARTA**
Com Camilla Silva | camila.silva@zerohora.com.br | marta.sfred

Porto Alegre cai seis pontos em ranking de saneamento

Na 15ª edição do Ranking do Saneamento, elaborado pelo Instituto Trata Brasil em parceria com GO Associados, sobre os indicadores dos cem maiores municípios do país, dois gaúchos avançaram e três caíram. A maior queda entre as cidades do Rio Grande do Sul foi de Porto Alegre, que perdeu seis posições. Os dados são do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento relativos a 2021.

A cidade que assumiu a liderança é São José do Rio Preto (SP), que tem serviço municipal de saneamento – ou seja, público. Porto Alegre, que tem o mesmo tipo de organização – assim como todas as demais gaúchas do ranking –, caiu do 43º para o 49º posto, com atendimento total de água de 100%, de esgoto, 91,62%, mas tratamento total de esgoto de apenas 52,72%.

Além da Capital, no Estado caíram também Caxias do Sul (cinco posições, da 62ª para a 67ª), e Pelotas (quatro colocações, da 80ª para 84ª). A cidade da Serra atende a 97,7% da população com água tratada, 89,1% com esgoto, mas trata ainda menos: 39,1%. A maior cidade da Metade Sul tem atendimento de água de 100%, mas só 61,09% com esgoto, cujo tratamento alcança apenas 15,12%. Ambas têm serviço municipal no segmento.

Entre as duas maiores cidades gaúchas que melhoraram o desempenho do serviço de água e saneamento, Gravataí avançou quatro posições (de 92ª para 88ª), mas tem números desafiadores, apesar da melhora: atendimento de água de 95,24%, de esgoto de 41,41% e tratamento de esgoto de apenas 12,51%. Canoas subiu duas colocações (de 81ª para 79ª), com atendimento de água de 100%, de esgoto de 51,74% e tratamento de esgoto de 42,99%.

Conforme a presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Siewert Pretto, como não costuma haver retrocesso no ranking, isso significa que as cidades que subiram evoluíram mais do que as outras, enquanto as que caíram não acompanharam o ritmo de evolução das demais.

A executiva chama atenção para o fato de o investimento dos municípios gaúchos que entraram no ranking estar muito abaixo da média dos demais, o que define a posição individual:

– Para mudar essa realidade, é preciso ter processo mais estratégico de planejamento, acompanhamento e gestão.

GZH
Leia outras colunas em gzh.com.br/martasfredo

Os investimentos

Média por habitante (em R\$), o de São José do Rio Preto chega a R\$ 124,66)

Gravataí	66,22
Porto Alegre	64,85
Canoas	58,85
Caxias do Sul	55,87
Pelotas	49,73

Fonte: Ranking do Saneamento 2023, com base de dados de 2021

REALIDADE



A escolha do cenário de Concessão Parcial não tem justificativas técnicas:

No processo 22.0.000147629-0 do GT e nos demais processos relacionados não se apresenta nenhum estudo técnico, nenhuma ata de reunião realizada pelo grupo e nenhum documento comprobatório da decisão

O Relatório do GT foi assinado por diversos membros que não faziam parte do mesmo!

Se não houve reunião, nem estudo, como chegaram a conclusão pela Concessão Parcial?

Conclusão:

Em síntese, prr põe-se que a Administração Municipal encaminhe a Concessão do DMAE pelo modelo de **Concessão Parcial** que engloba a **transferência dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento do esgoto cloacal e destinação final do efluente tratado e a gestão comercial, remanescendo com o DMAE o serviço de captação e tratamento de água** e que o excedente do projeto decorrente da outorga seja ofertado em obras e em pecúnia, este último sendo utilizado no **serviço de Drenagem Urbana completo, que engloba também os serviços de Habitação e Sistema Viário e todas as ações correlatas às suas implantações na área de intervenção.**

Pag. 5

Para avançar na concessão do Dmae, Melo cria grupo de trabalho

Vereadores governistas acreditam que o serviço de água permaneça com o município, enquanto o do esgoto seja concedido a uma empresa; vice-prefeito não descarta nenhuma modelagem

BRUNO PANCOT
Enviar E-mail

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA os servidores abaixo elencados para, sob a coordenação do primeiro, comporem Grupo de Trabalho com o objetivo de propor os termos da parcerização (concessão) do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), a partir da publicação desta, com prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, através da Portaria 927, de 29/11/2022 (Processo 22.0.000147629-0).

Nome	Matrícula	Cargo	Órgão
RICARDO SANTOS GOMES	1356336	Vice-Prefeito	GP
ALEXANDRE DE FREITAS GARCIA	1536369	Diretor-Geral	DMAE
DARCY NUNES DOS SANTOS	798153	Diretor-Geral Adjunto/DMAE	
ROGERIO BAU	957045	Secretário Adjunto	SMDI
JORGE LUIS COSTA MELO	1131745	Diretor-Geral	SMP
RAFAELA PEIXOTO AZEVEDO	1522124	Procurador	PGM

Criação do grupo de trabalho para tratar da concessão do Dmae foi publicada na quarta-feira
Reprodução / Diário Oficial de Porto Alegre

22.0.000147629-0

- Portaria 927/22-GP (21409925) GP-PMFA
- Publicação Portaria 927-2022 GT DMAE (21437659) GP-PMFA
- Despacho 21437703 GP-PMFA
- Despacho 21439826 GPG-PGM
- Portaria 1037/22-GP (21758837) GP-PMFA
- Publicação Portaria 1037/22 - DOPA (21801374) GP-PMFA
- Despacho 21801425 GP-PMFA
- Despacho 21805172 GPG-PGM
- Portaria 151 /23-GP (22654711) GP-PMFA
- Publicação Portaria 151/23-GP (22696223) GP-PMFA
- Despacho 22696243 GP-PMFA
- Despacho 22696572 GPG-PGM

Consultar Andamento

Processos Relacionados:

CONTRATAÇÃO - LICITAÇÃO: Concorrência (1)

18.0.000134485-0
Saneamento - Contrato e Administrativo

GESTÃO E CONTROLE - Comissão / Grupo de Trabalho (1)

21.0.000039822-2
Cria GTE para condução e aprovação dos estudos relativos ao modelo de concessão do saneamento

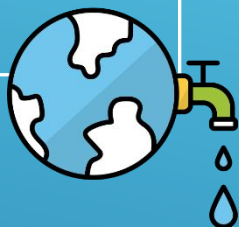
MAIS LIDAS

VALE DO CAÍ
VIDEO: idoso é
deixado na calçada
pelo próprio filho em
Montenegro

LISTA DE ESPERA
Por que Faustão
precisa do SUS para

REALIDADE

Experiências no RS, no Brasil e no mundo comprovam que a gestão privada do Saneamento pode não ser tão vantajosa:



No Rio Grande do Sul



Câmara Municipal de Uruguaiana/RS

Palácio Borges de Medeiros - Poder Legislativo

Mapa do Site

Você está aqui: Página Inicial / Comunicações / Notícias / Comissão indica cancelamento de contrato com BRK Ambiental

Institucional

- Acesso
- Comissões
- Estrutura Organizacional
- Função e Definição
- História do Legislativo
- Horário de Expediente
- Legislação Municipal
- Mesa Diretora
- Perguntas Frequentes
- SAPL
- Simbólos Municipais
- Vereadores
- Portal da Transparência
- Processo Legislativo
- Comunicações
- Galeria de Áudios

Comissão indica cancelamento de contrato com BRK Ambiental

Curte 1,9 mil Compartilhar Tweetar

A Comissão de Serviços Municipais emitiu parecer conclusivo sobre o trabalho de fiscalização e análise da prestação do serviço da concessionária de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário BRK Ambiental Uruguaiana S.A. No documento recomenda-se ao Poder Executivo o cancelamento do contrato com a empresa, diante da incapacidade dessa de cumprir com os deveres legais que já deveriam ter realizado.

O parecer será encaminhado ao Poder Executivo Municipal, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. De relatoria do vereador Elton da Rocha (PP), nele são relatadas as atividades da Comissão de Serviços desenvolvidas sobre o tema, como reuniões técnicas com empresa, audiência pública com a comunidade e verificação in loco de denúncias de usuários sobre problemas nos serviços.

Entre os apontamentos estão deformidade do asfalto, esgotamento sanitário despejado no Rio Uruguai, falta de licenciamento ambiental, troca de hidrômetros e aumento na conta, não atingimento da meta de universalização, obras de construção de estações de bombeamento em atraso, irregularidade no controle societário e reclamações dos usuários sobre o serviço.

“É de conhecimento de todos os municípios, registrados pela Comissão, que os trabalhos da BRK Ambiental, não têm seguido as normas de como deveriam ocorrer. Há alguns apontamentos que não temos mais tempo para perder, é preciso agir sem muita demora”, considera Elton.

O presidente da Comissão de Serviços Municipais, Clemente Corrêa (PSDB), frisou as diversas ações que subsidiaram o trabalho, o empenho dos parlamentares no diagnóstico efetivo e a recomendação da Comissão sobre rompimento do contrato, tendo em vista o descumprimento dos termos. Compõe a Comissão ainda os vereadores Eric Lins (DEM), Suzana Alves (FRB) e Wilson Brites (PMDB), entretanto o presidente frisou a colaboração dos demais parlamentares na atividade.



No Brasil

globo.com gl ge gshow globoplay o globo

AMAZONAS

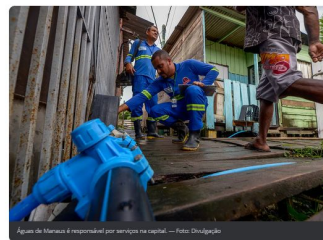
fique por dentro Assassinato no Equador Novo PAC 'Revisão da vida toda' Globo Repórter Dia do

Manaus está entre as 20 piores cidades em tratamento de esgoto do país, aponta ranking do saneamento

Dados foram divulgados pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com GO Associados, que se referem ao ano de 2021 entre 100 maiores cidades do Brasil.

Por gl AM
20/09/2023 17h51 - Atualizado há 4 meses

6 19



Manaus está entre as 20 piores cidades em tratamento de esgoto do país, segundo o **Ranking do Saneamento, estudo feito pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com GO Associados**, divulgado nesta segunda-feira (20). O documento considera os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referentes ao ano de 2021.

O documento analisa os indicadores de saneamento das 100 maiores cidades do país, que concentram aproximadamente 40% da população brasileira, e faz um ranking com base nos serviços oferecidos e em indicadores de eficiência.

Entre as 100 maiores cidades do país analisadas pelo estudo, a capital amazonense está na 83ª posição do Ranking do Saneamento.

O estudo mostra que Manaus tem 97,5% em Indicador de Atendimento Total de Água e Indicador de Atendimento Total de Esgoto, de apenas 25,45%. Nos Indicadores de Tratamento de Esgoto, os dados mostram que a cidade tem apenas 21,58% no quesito.

No Mundo

Imprimir assinaturas Entrar Procurar empregos Procurar edição internacional

The Guardian

Notícias Opinião Esporte Cultura Estilo de Mais

Ambiente Crise climática Animais selvagens Energia Poluição

Opinião

Privatização

Este artigo tem mais de 1 ano

A visão do Guardian sobre a privatização: o deus que falhou

Editorial

Disseram-nos que a privatização significaria grandes serviços, economia para o governo e um boom de investimentos. Era mentira

Quarta-feira, 22 de junho de 2022 18h46 EST

619

Brasil de Fato 20 anos

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio Podcast

Empreenda com o Sebrae. Baixe o app e nos acompanhe, também, nas redes sociais @sebrae.

INÍCIO > GERAL

BEM PÚBLICO

Exemplos no Brasil e no mundo mostram fracasso da privatização do saneamento básico

Em 20 anos, 312 cidades em 36 países reestatizaram o tratamento de água e esgoto após piora no serviço e preços abusivos

Lu Sudré
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 28 de Julho de 2020 às 16:03

Mais de 1600 serviços públicos foram reestatizados em mais de 75 países!



ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

Tarifas sustentáveis ao sistema e à população

Controle das perdas de água

Expansão da prestação do serviço de abastecimento e esgotamento

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

O DMAE é exemplo de modicidade tarifária!
DMAE: isento do pagamento de impostos e não visa lucro

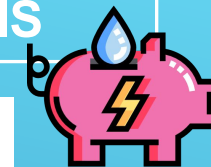
Privado: 35% carga tributária, distribui lucros e dividendos aos acionistas

As perdas de água aumentaram em razão do sucateamento e da falta de reposição de servidores!

Com Autonomia e Gestão Pública o DMAE tem condições de universalizar o saneamento!

REALIDADE

No Brasil as prestadoras de serviços de saneamento locais de direito público, como é o caso do DMAE, são as que tem as menores tarifas médias de água e esgotos, segundo dados do SNIS

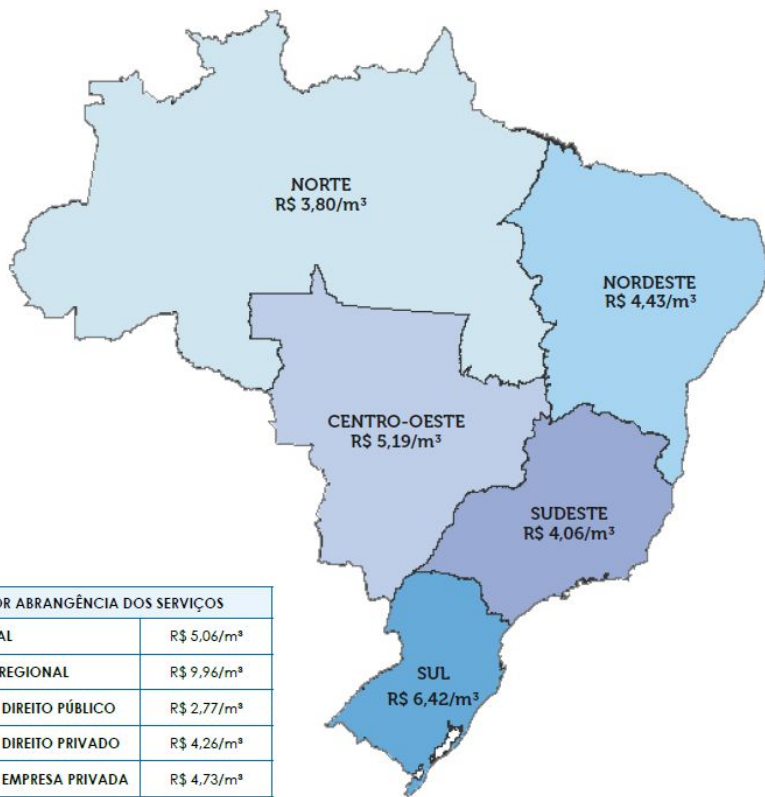


R\$ 4,55/m³

Indicador de tarifa média (IN005) dos serviços de abastecimento de água no SNIS-AE 2020

INDICADOR DE TARIFAS MÉDIAS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA (IN005)

(em R\$/m³ por macrorregião geográfica, em 2020)



POR ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS	
REGIONAL	R\$ 5,06/m ³
MICRORREGIONAL	R\$ 9,96/m ³
LOCAL - DIREITO PÚBLICO	R\$ 2,77/m ³
LOCAL - DIREITO PRIVADO	R\$ 4,26/m ³
LOCAL - EMPRESA PRIVADA	R\$ 4,73/m ³

Tarifas básicas DMAE

Ref.: 2020

Água: R\$ 3,75/m³

Esgoto: R\$ 3,00/m³

Parte da tarifas de água e esgoto já cobrem despesas de drenagem urbana!

O privado vai priorizar a cobertura e atendimento das áreas regulares, as localidades informais terão mais dificuldades!



DMAE

Obra de extensão de redes de água no Morro da Cruz está 50% executada

09/11/2022 12:32



Já foram implementados





ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

- O Município tem a titularidade**
- O Município tem a responsabilidade**

- O serviço tem caráter local e deve se adequar às necessidades municipais**

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

- A Administração Municipal, a Câmara de Vereadores e o DMAE serão cobrados pela sociedade pelas falhas cometidas pelo oligopólio privado ao longo dos 35 anos de execução contratual assim como o DMAE é cobrado hoje pelos problemas das empresas terceirizadas!**

- Os servidores públicos do DMAE tem a expertise de 61 anos de prestação de serviços enquanto que as empresas privadas apresentam baixa qualidade de serviços, alta rotatividade da mão de obra e baixos salários**

REALIDADE

Problemas em contratos onde não há alternativa para prestação dos serviços pela falta de equipes próprias para atender.

O risco de um único contrato como o de Concessão é muito grande!



Problemas nos contratos

Contêineres lotados e lixo transbordando: problema se repete em cinco bairros de Porto Alegre

DMLU e Consórcio Porto Alegre Limpa dizem que previsão é normalizar o serviço ainda durante à noite desta quarta-feira

Publicado por Nádía Martins - 21/06/2023 - 18:59



Foto: Nádía Martins/Rádio Guaíba

PUBLICIDADE

Pelo menos cinco bairros da capital voltaram, nesta quarta-feira, a enfrentar problemas com a falta de coleta automatizada de lixo, a cargo do consórcio Porto Alegre Limpa. Segundo o secretário de Serviços Urbanos de Porto Alegre, Marcos Felipi Garcia, a empresa falhou e o atraso se deu nos bairros Higienópolis, São João e Petrópolis, assim como em ruas do Menino Deus e na Cidade Baixa.

Enquetes

Desculpe, nenhuma enquete está disponível no momento.

Arquivo das enquetes

Publicidade

Rádio Guaíba, há mais de 65 anos sintonizando a nossa vida.

Problemas nas terceirizações

MENU

CORREIO DO POVO

Edição digital Entrar

in @ f v t

REDESCOBRIR A CIDADE

GRÊMIO

INTER

COPA DO MUNDO FEMININA

CONCURSOS

Publi CP
Acesse a publicidade legal

CIDADES

Consumidores reclamam de erros em contas de água em Porto Alegre

Após falha informada pelo Dmae em maio, usuários buscam regularização de valores

04/07/2023 | 7:25
Kyane Sutelo



No posto Centro do Dmae, consumidores reclamam sobre os valores das contas | Foto: Ricardo Justi



MENU

CORREIO DO POVO

in @ f v t

REDESCOBRIR A CIDADE GRÊMIO INTER COPA DO MUNDO FEMININA

CIDADES

Câmara de Porto Alegre convoca CEEE Equatorial para prestar esclarecimentos

Comunidades de periferias da Capital relatam cobranças exorbitantes de tarifas e pedem para empresa renegociar dívidas de energia elétrica

04/07/2023 | 18:23
Correio do Povo



Encontro ocorreu na tarde desta terça-feira, na Câmara | Foto: Ricardo Giusti

INDIGNAÇÃO NO SUL DO RS / NOTÍCIA

Há 11 dias sem luz, moradores fazem bloqueio na BR-293 em protesto contra a CEEE Equatorial

Após mobilização, equipe da concessionária foi à localidade afetada e problema começou a ser solucionado; previsão é que os trabalhos sejam concluídos até as 12h deste domingo

22/07/2023 - 16h10min
Atualizada em 22/07/2023 - 23h41min

COMPARTILHE

BRUNO PANCOT E LAURA BECKER



Manifestação contra falta de luz ocorre no km 31 da BR-293
Camila Neves / Arquivo Pessoal

Indignados com a falta de **energia elétrica** que se estende há 11 dias, moradores de Morro Redondo e Capão do Leão bloquearam um trecho da BR-293, na **região sul do Estado**, na tarde deste sábado (22). Os manifestantes, concentrados no km 31 da rodovia federal, queimaram pneus como forma de impedir a passagem de veículos e fizeram bloqueios de forma alternada nos dois sentidos da rodovia.

MAIS LIDAS

"QUALQUER COISA SABE AONDE ESTOU"
Em último áudio enviado, desaparecido em Bom Jesus deixa alerta para a família; ouça a mensagem



DOURADOS
Médico gaúcho morto no MS pode ter sido vítima de emboscada, diz polícia



MISTÉRIO
A polícia, mulher confirma que encontrou caminhoneiro antes de





ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

Uso racional de recursos naturais

Redução do Risco Hidrológico

Manutenção da disponibilidade e melhoria nos recursos hídricos naturais (despoluição).

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

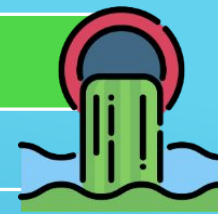
Nenhuma das afirmativas deveria servir para diferenciar o bom serviço público do privado

O DMAE só precisa recuperar sua autonomia administrativa e financeira!

Já foi demonstrado que a qualidade ambiental é uma preocupação pública, quando está em jogo o lucro privado!

REALIDADE

Caso da Cettraliq entre maio e agosto/2016



Prejuízo da imagem do DMAE e de mais de R\$ 4 milhões em produtos químicos

GZH PORTO ALEGRE

SERVIÇO

Dmae faz mudanças no tratamento da água de Porto Alegre para minimizar gosto ruim e odor

O departamento afirma que a mudança nas características do líquido não oferece riscos à saúde

01/06/2016 - 17h32min
Atualizada em 01/06/2016 - 19h25min

COMPARTILHE

RÁDIO GAÚCHA



Carlinhos Rodrigues / Agência RBS

O Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) está fazendo um monitoramento junto com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Simam) e o Instituto de Química da UFRGS para encontrar os fatores externos que estão causando gosto ruim e odor na água. Algumas providências já foram tomadas, como o aumento da dosagem de dióxido de cloro e o uso de carvão ativado, a fim de eliminar o desconforto para os consumidores. As informações são da [Rádio Gaúcha](#).

MAIS LIDAS

EM TOM DE ALERTA
O que representa a faixa erguida por produtores de leite na Expointer



EM POUCOS DIAS
Coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes explica rapidez no caso de Faustão: "Critérios técnicos"



RÁDIO GAÚCHA
Sala de Redação



GZH PORTO ALEGRE

ÁGUA DA CAPITAL

Justiça determina que Cettraliq remova efluentes armazenados em suas dependências em 10 dias

Se não cumprir a determinação, uma multa de R\$ 200 mil será aplicada à empresa por cada dia de descumprimento

09/09/2016 - 20h38min
Atualizada em 09/09/2016 - 20h29min

COMPARTILHE

ZH ZERO HORA



Bruno Alencastro / Agência RBS

A Justiça, por meio da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, determinou que a empresa Cettraliq faça a remoção de todos os efluentes armazenados nas dependências da própria companhia e depósito em outras centrais licenciadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) nos próximos 10 dias.

MAIS LIDA

EM TOM DE ALERTA
O que representa a faixa erguida por produtores de leite na Expointer

EM POUCOS DIAS
Coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes explica rapidez no caso de Faustão: "Critérios técnicos"

RÁDIO GAÚCHA



BRK é denunciada por jogar esgoto em rio; multa pode passar de R\$ 5 milhões

Empresa é a concessionária de água e esgoto em mais de 60 cidades no Tocantins. Poluição seria a causa da morte de animais no rio Lontra, em Araguaína.

Por G1 Tocantins
05/03/2018 16h14 - Atualizado há 5 anos

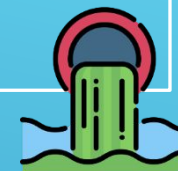


Local onde empresa despeja efluentes no rio Lontra — Foto: Naturatins/Divulgação

O caso do **esgoto despejado no rio Lontra, em Araguaína**, foi parar na Justiça. O Ministério Público Estadual denunciou a BRK Ambiental, empresa responsável pelo saneamento básico na cidade; um diretor e uma gerente pelo dano ambiental. O pedido da promotoria é que seja aplicada uma multa de pouco mais de R\$ 5 milhões.

REALIDADE

No Reino Unido após mais de 30 anos de privatização a qualidade dos recursos hídricos piorou



NOTÍCIAS DO REINO UNIDO

Contas de água sobem 40% para resolver crise de poluição de esgoto

Derramamentos e mudanças climáticas exigem dinheiro, afirmam chefes de empresas

Oliver Wright, Adam Vaughan

Quarta-feira, 28 de junho de 2023, 12h01, Os tempos



Home / Internacional

Colapso da Thames Water mostra 'fracasso devastador' da privatização da água na Inglaterra

Por Hora do Povo | Publicado em 29 de junho de 2023



Governo inglês estuda nacionalização de emergência da combatida empresa privada de água (Vídeo)

Segundo relatos, governo Sunak estuda 'nacionalização de emergência' da maior fornecedora de água da Grã Bretanha, que atende 15 milhões de pessoas em Londres e região sudeste.



Versão impressa do HP





ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

DMAE Hoje

Recursos Humanos

1450
Servidores

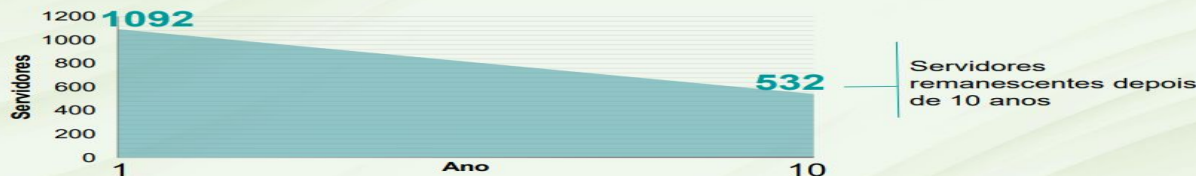
358

Em condições de se aposentarem até o final de 2023



DMAE com Parceirização

Recursos Humanos



Manutenção dos servidores – **sem demissões**
Redução de 560 servidores em 10 anos por motivo de aposentadoria

Servidores remanescentes depois de 10 anos

DMAE NÃO SERÁ EXTINTO

Monitoramento e Gestão Ambiental

Captação e Tratamento de Água

Manutenção da Drenagem Urbana

Fonte de recurso: venda da água ao parceiro

Fonte de recurso: outorga de **R\$ 109 milhões** ao ano

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

Servidores do DMAE são menos de 1.200!

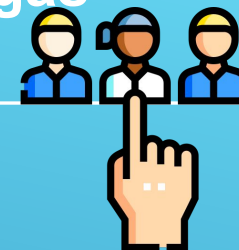
O COLAPSO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS É IMINENTE devido as previsões de aposentadorias!

A narrativa da Administração de que o DMAE não será extinto e inclusive vai executar novas atividades só mostra a falta de conhecimento do passado, pois o DMAE já foi referência em monitoramentos ambientais e foi obrigado a interromper em função do sucateamento, priorizando as ações operacionais...

O DMAE remanescente não tem condições de reassumir o serviço caso a Concessão não dê certo!

REALIDADE

Pedido de realização urgente de concurso e adequação de cargos e vagas postergados e negados mesmo sem repercussão financeira



DMAE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DADMAE
DESPACHO

A DA

Considerando:
a) o cenário atual de diminuição do quadro de servidores do Dmae;
b) o estudo de adequação do quadro de pessoal do Dmae (13112461) que promove uma readequação geral do quadro de servidores; e
c) principalmente, que a atual situação de carência de pessoal está na iminência de provocar um colapso administrativo e operacional no Departamento.

solicitamos que sejam encaminhadas as providências necessárias para que o Dmae tenha autorização para realização urgente de Concurso Público e ingresso imediato para os seguintes cargos e quantidades:

CARGO	QUANTIDADE	VAGAS EXISTENTES	PRINCIPAIS ATIVIDADES	OBSERVAÇÃO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	100 servidores	272	Atuação em todas as unidades de trabalho do Departamento, em especial na Diretoria de Gestão Administrativa, encarregando as rotinas de pessoal, de licitação, de gestão de suprimentos e gestão financeira.	-
TÉCNICO EM SANEAMENTO	30 servidores	62	Atuação na fiscalização e acompanhamento de obras e serviços nas áreas de desenvolvimento, operacional, tratamento e comercial. Supervisão técnica das equipes de manutenção industrial. Opera ETAs e ETEs e atua junto aos laboratórios de controle analítico. Substitui os cargos de Técnico Industrial, Auxiliar de Serviços Técnicos e Técnico em Tratamento de Água e Esgotos	Necessário criação de vagas, conforme consta no projeto de lei (13112461).
AGENTE DE SANEAMENTO	60 servidores	88	Atuação para "equipes de rua" que realizam os serviços de manutenção de redes e de abastecimento. Substitui os cargos de Instalador Hidrosanitário, Operário Especializado e Operário, entre outros.	Necessário criação de vagas, conforme consta no projeto de lei (13112461).

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério Liberto, Gerente**, em 23/06/2022, às 16:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procepa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19281648** e o código CRC **8FD11M4C**.

22.10.000004786-0 1021646/15

Pedido urgente de reposição Junho/2022

prefeitura de PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES LEGAIS E GERENCIAIS - CTGM/SMF
DECLARAÇÃO

Relativamente ao gasto com pessoal previsto, através do processo SEI **22.10.000004786-0**, cujo Projeto de Lei solicita a criação de 100 (Cem) cargos de Técnico em Saneamento e 100 (Cem) cargos de Agente de Saneamento, bem como a extinção de 45 (Quarenta e cinco) cargos de Operador de Estação de Tratamento, 108 (Cento e oito) cargos de Instalador Hidrosanitário e 90 (Noventa) cargos de Operário Especializado para DMAE, tenho a informar que o impacto financeiro em 2022, 2023 e 2024 será nulo, estando em conformidade com o limite de gastos com Despesa de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), previsto no artigo nº 20 da LRF 101/2000 e no artigo 24 da LRF Municipal nº 881/2020, para este Município.

Porto Alegre, 13 de Outubro de 2022.

Rodrigo Sartori Fantinel
Secretário Municipal da Fazenda

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Sartori Fantinel, Secretário(a) Municipal**, em 14/10/2022, às 16:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procepa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20807110** e o código CRC **BESDNEBA**.

22.10.000004786-0 20807110/2

Resposta da Secretaria da Fazenda Outubro/2022

prefeitura de PORTO ALEGRE
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ESPECIAIS E INSTITUCIONAIS LEGISLATIVOS - PGM
CERTIDÃO - Nº 23026191/2023

Certifico que o encaminhamento do projeto de lei objeto deste expediente não foi autorizado pelo Sr. Prefeito, motivo pelo qual encerro o processo administrativo.

Documento assinado eletronicamente por **Luciane Martins Pinheiro, Gestor(a)**, em 04/04/2023, às 17:22, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procepa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **23026191** e o código CRC **A50F0F9F**.

22.10.000004786-0 23026191/2

Criado por **lucianem.pinheiro**, versão 2 por **lucianem.pinheiro** em 04/04/2023 17:21:59.

Pedido negado pelo Gabinete do Prefeito Abril/2023

O DMAE foi autorizado a realizar concurso para 33 vagas somente em agosto/2023. A necessidade é muito maior!

REALIDADE

O DMAE, em 2019, incorporou os serviços de drenagem e para isso apenas 58 servidores foram cedidos do antigo DEP. Na época o passivo de serviços era de mais de 12 mil protocolos para serem atendidos.

Se fizermos o cálculo pela média nacional do SNIS seriam necessários mais de 400 empregados.

Serviços pluviais melhoraram:

Alagamentos reduziram em 50% após operações de dragagem e limpezas preventivas e corretivas

Confiabilidade das Estações de Bombeamento Pluviais aumentou de 44% para 85% e estão sendo automatizadas

Sistema de Proteção Contra Cheias funcionando



45,8 mil trabalhadores

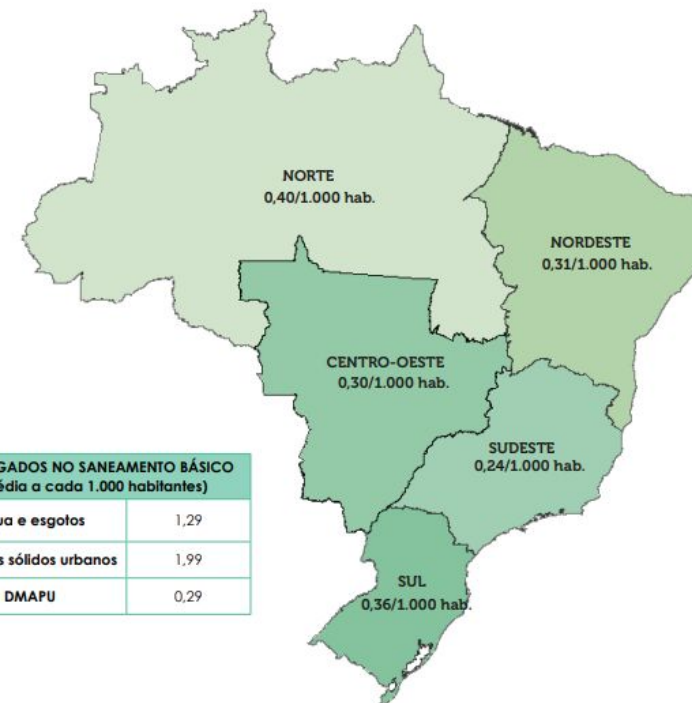
diretos e terceirizados
vinculados a atividades de
DMAPU nos municípios do SNIS-
AP 2020

**0,29 trabalhador/1.000
hab.**

taxa média nacional de
empregados nos serviços de
DMAPU apurada nos municípios
do SNIS-AP 2020

MÉDIA DE EMPREGADOS EM ATIVIDADES DE DMAPU

(a cada 1.000 habitantes por macrorregião geográfica, em 2020)



EMPREGADOS NO SANEAMENTO BÁSICO (média a cada 1.000 habitantes)	
Água e esgotos	1,29
Resíduos sólidos urbanos	1,99
DMAPU	0,29

IN001

Participação do pessoal próprio sobre o total de pessoal alocado nos serviços de DMAPU (R\$/hab./ano)

$$\text{IN001} = \frac{\text{Quantidade de pessoal próprio alocado nos serviços de DMAPU (AD001)}}{\text{Quantidade total de pessoal alocado nos serviços de DMAPU (AD003)}} \times 100$$



INVESTIMENTOS



ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

Histórico de aplicação de recursos em 10 anos

média anual em drenagem urbana **R\$ 64 milhões**
média anual em investimentos de água e de esgoto **R\$ 100 milhões**

- 72 %** cobertura do esgoto
- 60%** capacidade de coleta com tratamento do esgoto
- 50%** tratamento efetivo do esgoto

37 anos



Universalização do Esgoto

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

O que se evidencia é um problema de **GESTÃO!**

Os investimentos em Saneamento de Porto Alegre foram “freados” nos últimos 7 anos por decisão das administrações municipais

O DMAE tem hoje em caixa mais de R\$ 300 milhões e renunciou a receitas e recursos de financiamentos e perdeu faturamento pela falta de pessoal para atendimento aos serviços e clientes, fiscalização, autuação e ações de negociação



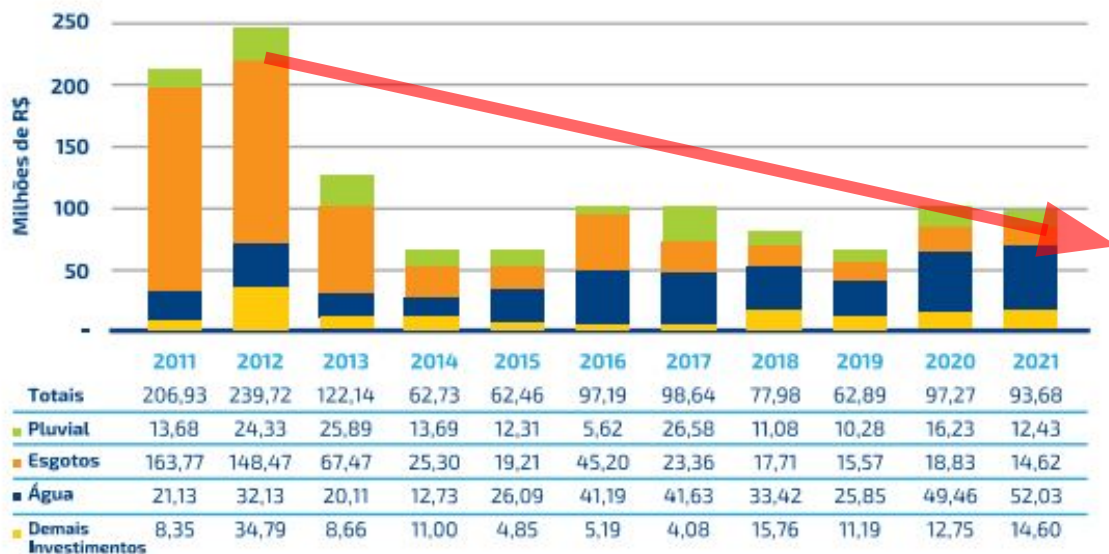
INVESTIMENTOS

REALIDADE

DMAE sem investir em esgotamento sanitário nos últimos 7 anos apesar de ter projetos prontos

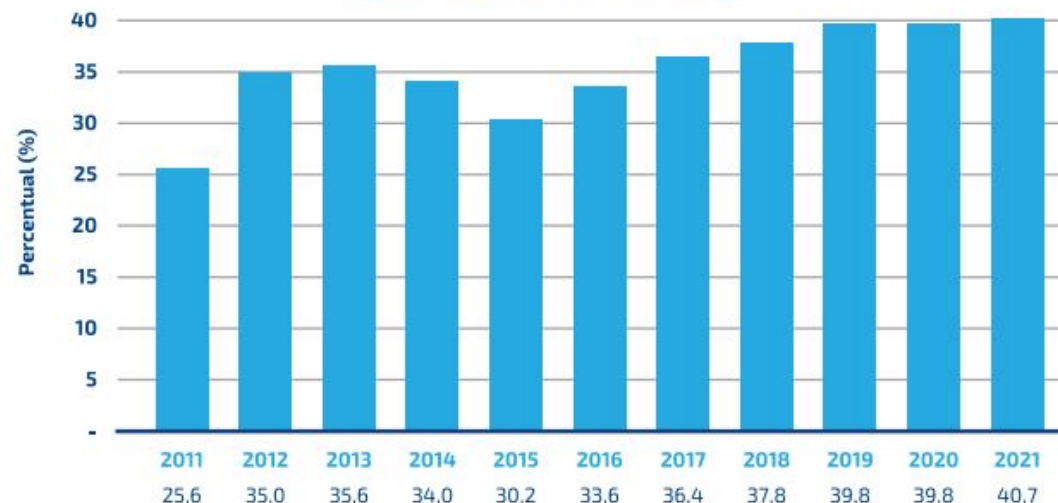


Investimentos Realizados



Fonte: Gerência Financeira – Assessoria de Planejamento Orçamentário e Custos – SNIS
 FN023 - Investimentos em Abastecimento de Água, FN024 - Investimentos em Esgotamento Sanitário
 FN030 - Investimentos com Recursos Próprios
 FN031 - Investimentos Recursos Onerosos (CAIXA, BRDE), FN032 - Investimentos com Recursos Não Onerosos - Demais Investimentos
 FN025 - Outros Investimentos (aquisição de bens, equipamentos, materiais de consumo, serviços, sentenças judiciais, indenizações/restituições)
 FN022 - Investimento total em Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas contratado pelo município (SNIS Drenagem)
 Obs1: Considerados valores históricos e empenhados no período.
 Obs2: Os investimentos do pluvial migraram para o DMAE a partir da Lei Nº 12.939, de 23/12/2021, mas já haviam aquisições de material permanente desde 04/2019, com a vigência da Lei 12.504 de 24/01/2019.
 Obs3: Histórico de investimentos do pluvial considera os órgãos: DEP, DMAE, SMSURB e SMOI.

Perdas de Faturamento



Fonte: Gerência de Tratamento de Água e Gerência de Gestão de Consumo - SNIS IN013/SE 1458_1

$$\text{Fórmula: } SE\ 1458_1 = \left[\frac{[(SE\ 0412 - SE\ 0403 - SE\ 0076) - (SE\ 0688 - SE\ 0003)]}{(SE\ 0412 - SE\ 0403 - SE\ 0076)} \right] \times 100$$

Legenda: • SE 0412: Volume de recalque de água • SE 0688: Consumo medido total - comercial • SE 0403: Volume do processo de tratamento
SE 0003: Consumo de água em repartições públicas • SE 0076: Volume de água de serviço



INVESTIMENTOS

REALIDADE

O DMAE deixou de receber R\$ 40 milhões em recursos para ações de combate a perdas!

A obra da ETA Ponta do Arado está com atraso no cronograma de mais de 10 meses porque a empresa privada não conseguiu executar. Contrato foi rescindido em 15/08/2023!



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/09/2019 | Edição: 176 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.141, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

Divulga o resultado do processo seletivo destinado à contratação de operações de crédito para execução de ações de saneamento básico - Mutuários Públicos, regulamentado pela Instrução Normativa n. 22, de 3 de agosto de 2018, do Ministério das Cidades.

PORTARIA Nº 2.141, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019 - PORTARIA Nº 2.141, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019 - DOU - Imprensa Nacional

PE	Moreno	1808.9.1806/2018	COMPESA	Estudos e Projetos	Elaboração de Estudos e Projetos para melhoria e ampliação do SAA nos municípios de Moreno (sede), Jaboatão dos Guararapes (Prazeres), e Olinda (Peixinhos)
PE	Recife	1798.2.1806/2018-R	COMPESA	Esgotamento Sanitário	Implantação do SES nos bairros do Pina, Boa Viagem e Imbiribeira
RS	Porto Alegre	2101.A.3010/2018-R	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	Redução e Controle de Perdas	Ações para Redução e Controle de Perdas no município de Porto Alegre


PROBLEMA NO ABASTECIMENTO

"A única solução estrutural e definitiva é a construção da ETA", diz Marchezan sobre falta d'água

Construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) Ponta do Arado levará três anos para ficar pronta, mas ainda não tem previsão de início

01/02/2019 - 14h24min
Atualizado em 01/02/2019 - 14h25min

COMPARTILHE:   

 BRUNA VARGAS



Prefeito falou sobre o desabastecimento na Zona Leste e no Extremo-Sul na manhã desta sexta-feira
Júlio Cordero / Agência RBS

Moradores de **Porto Alegre** que sofrem com a **falta de água recorrente** terão de lidar com abastecimento inconstante por mais alguns verões. Os problemas que afetam especialmente a **Zona Leste** e o Extremo-Sul e que têm prejudicado a rotina de milhares de moradores



MAIS LIDAS

REVIRAVOLTA
Após audiência, filha de idoso desaparecido em Cachoeirinha volta a cumprir prisão preventiva na cadeia



SÉTIMA EDIÇÃO
Noite dos Museus 2023 divulga programação completa para este sábado



PERFIL
Conjugando rigor técnico e tiradas





INVESTIMENTOS

Carta Consulta nº 472.9.2508/2017. Finalizada e enviada em 25/08/2017 às 10:17:31

Identificação

Resumo Carta Consulta

Número Sequencial	472
Modalidade	Estudos e Projetos
Submodalidade	Esgotamento Sanitário
Município Beneficiário	Porto Alegre
Agente Financeiro	Caixa Econômica Federal
Carta Consulta	472.9.2508/2017
Prioridade	7

Proponente

Tipo de Proponente	Prefeitura Municipal
Nome	Município de Porto Alegre
Email	cf@gestao.prefpoa.com.br
CNPJ	92.963.560/0001-60
Município/UF	Porto Alegre/RS
CEP	90.010-001
Nome do Representante Legal	Nelson Marchezan, Júnior
Cargo do responsável	Prefeito(a) Municipal
CPF	647.771.540-68
Telefone do Representante Legal	(51) 3289-3859

Prestador

Nome (Razão social)	Departamento Municipal de Água e Esgotos
Sigla	DMAE
Município/UF	Porto Alegre/RS
Doc Natureza	Autarquia
CNPJ	92.924.901/0001-98
Endereço da Sede	Rua 24 de outubro, 200 - Moimins de Vento
CEP	90.510-000
Telefone	(51) 3289-6201

O DMAE deixou de receber R\$ 151 milhões em recursos para projetos, obras e trabalho técnico social para esgotamento sanitário



RECURSOS PERDIDOS PARA O SES SARANDI R\$ 144 MILHÕES

RECURSOS PERDIDOS PARA O SES NAVEGANTES R\$ 7 MILHÕES

Trabalho Social

Ampliação do SES Sarandi – Redes Coletoras de Esgoto nas sub-bacias APP4 e APP5, Coletor Tronco, EBE, Emissário e Módulo 2 da ETE Sarandi

Prazo Estimado de Execução (meses): 48 meses

Atividades previstas no TS	Unidade	Valor Máximo por Atividade	Nº Previsto de Atividades 48 meses	Valor Máximo Total
Reunião com comunidade	Reunião	R\$ 2.823,47	24	R\$ 67.763,28
Reunião com liderança	Reunião	R\$ 735,51	96	R\$ 70.608,96
Reunião com técnicos de outras secretarias	Reunião	R\$ 367,76	48	R\$ 17.652,48
Reunião de Supervisão Técnica	Reunião	R\$ 2.012,25	48	R\$ 96.588,00
Plantão Social	Plantão	R\$ 649,48	240	R\$ 155.875,20
Palestra Técnica	Evento	R\$ 2.654,03	32	R\$ 84.928,96
Visitas Domiciliares	Visitas Domiciliares	R\$ 18,10	11.000	R\$ 199.100,00
Oficinas de Participação Social e Preservação Ambiental	Oficina	R\$ 920,30	60	R\$ 55.218,00
Visitas orientadas	Visitas Orientadas	R\$ 2.628,76	60	R\$ 157.725,60
Comissão de Acompanhamento das Obras	Encontro CAO	R\$ 862,74	48	R\$ 41.411,52
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 7.470,40	48	R\$ 358.579,20
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 1.210,90	58	R\$ 70.232,20
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 4.500,00	48	R\$ 216.000,00
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 3.978,63	48	R\$ 190.974,24
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 6.813,87	12	R\$ 81.766,44
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 10.000,00	2	R\$ 20.000,00
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 110.983,98	1	R\$ 110.983,98
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 7.000,00	7	R\$ 49.000,00
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 44.150,00	1	R\$ 44.150,00
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 255,53	98	R\$ 25.041,94
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 200,00	300	R\$ 60.000,00
Encontro CAO	Encontro CAO	R\$ 150,00	226	R\$ 33.900,00
TRATADO (Valor Máximo Admitido)				R\$ 2.207.500,00

09/11/2018

3 - Esgotamento Sanitário - Espelho da Proposta

Observação: Proposta pré-selecionada na fase 1 do Programa Avançar Cidades Saneamento. Fazem parte do empreendimento, os seguintes projetos: • Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Sarandi – módulo 2 - A ETE Sarandi está Localizada na Av. Fernando Ferrari nº 4.000, em uma área total de 12 hectares, próxima à margem do Canal do Arroio Passo das Pedras. Nessa ETE estão previstos um total de seis módulos para o atendimento de toda a população prevista na área de abrangência do SES Sarandi no período do alcance do plano (até o ano de 2035). Portanto, cada módulo terá a vazão nominal de 133 l/s e capacidade para atender até 50.000 habitantes. Processo de Tratamento: Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente

QCI

Empréstimo (R\$):	R\$ 134.777.110,09
Contrapartida (R\$):	R\$ 7.098.532,11
Investimento (R\$):	R\$ 141.875.642,20

Objeto da Proposta

Esta proposta pretende executar projeto executivo do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES Navegantes em Porto Alegre/RS. Este SES está hoje parcialmente executado, tendo a presente proposta à intenção de completar os projetos executivos necessários à sua ampliação, na busca pela universalização do esgotamento sanitário. Conforme Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de Porto Alegre, especificamente as seguintes estruturas deverão ser projetadas: Redes coletoras do subsistema AA-1 (63,86 km); Redes coletoras do subsistema AA-2 (85 km); Redes coletoras do subsistema HJ (58,86 km); Coletor Tronco - CT Av. Cessa (2 km); Coletor Tronco - CT Av. das Indústrias (1,1 km); Coletor Tronco - CT Mena Barreto (0,86 km); Coletor Tronco - CT Sertório Norte (0,67 km); Estação de Bombeamento de Esgoto - EBE Tecnológica (15L/s); Estação de Bombeamento de Esgoto - EBE Infraero (40 L/s); Estação de Bombeamento de Esgoto - EBE AA-2 (120 L/s); Emissário Sertório (0,95 km); Emissário Infraero (1,65 km); Emissário Tecnológica (0,86 km); Estação de Tratamento de Esgoto - ETE São João Navegantes (780 L/s). A ETE São João Navegantes existente hoje tem capacidade de tratamento de 444 L/s, tendo nível secundário de tratamento (remoção de carga orgânica e sólidos suspensos). A Figura 1, em anexo, ilustra a concepção do SES Navegantes. São apresentadas as estruturas citadas acima. Figura 1: Concepção do SES Navegantes. (Ver figura no arquivo "ANEXO I - Estudos e Projetos - SES Navegantes.pdf")



INVESTIMENTOS

REALIDADE

A Prefeitura de Porto Alegre deixou de investir mais de R\$ 120 milhões no Sistema de Proteção Contra Cheias (DRENAPOA)



globo.com g1 ge gshow globoplay o globo

MENU g1 RIO GRANDE DO SUL rbs tv

fique por dentro Fantástico Aracy Balabanian Ozonioterapia 'Barbie Girl' Acidente em academia

Prefeitura de Porto Alegre perde R\$ 121,9 milhões previstos para obras de drenagem do município

Recurso seria usado para a reforma das 13 casas de bombas e em obras de drenagem do Arroio Moinho, na Zona Leste.

Por Daniel Fávero e Bernardo Bortolotto, RBS TV
07/01/2019 08h05 · Atualizado há 4 anos

f t w e l s



INVESTIMENTOS

REALIDADE

O PISA deu um salto na capacidade de tratamento de esgotos de Porto Alegre: 27% para 80%



Prefeitura de Porto Alegre | Portal Transparência e Acesso à Informação | Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Secretarias Serviços | Departamentos | Empresas

Socioambiental: Inaugurada a maior obra de saneamento da Capital

11/04/2014 13:39:49

Foto: Luciano Lanes/PMPA



Fortunati destacou que o Pisa ajudará a tornar o Guaíba novamente balneável

Foto: Luciano Lanes/PMPA



Dilma visitou as instalações da Estação de Tratamento de Esgoto Serraria

O Programa Integrado Socioambiental (Pisa), maior obra de saneamento da história de Porto Alegre, foi entregue oficialmente à população na manhã desta sexta-feira, 11, pela presidenta Dilma Rousseff e pelo prefeito José Fortunati. A inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto Serraria (Estrada da Serraria, 2601) marca o início das operações do Pisa, que amplia a capacidade de tratamento dos esgotos na Capital de 27% para 80% (até 2015). De acordo com o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), com a implantação do programa, deixarão de ser despejados no Lago Guaíba 135 mil metros cúbicos de dejetos sem tratamento. (FOTOS)

Na solenidade, que reuniu autoridades, especialistas na área de saneamento e representantes da comunidade, o prefeito destacou a importância do Pisa para melhorar a qualidade de vida dos porto-alegrenses. "Esta é a maior obra em volume de tratamento financiada pelo PAC no Brasil. **Esse grande investimento, de R\$ 672,9 milhões,** nos permite diversos avanços, além de melhorar as condições de vida dos moradores. Investir em saneamento é tornar o Lago Guaíba novamente balneável. Além

Atualização monetária de valor <https://extra-ibre.fgv.br/IBRE/sitefgvdados/default.aspx>

FGV IBRE
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

R\$ 1,4 bilhões

Índice para correção:	IGP-M
Data inicial:	01/2014
Data final:	04/2023
Valor a atualizar:	R\$ 672.000.000,00
Fator de correção no período:	2,1301
Var. % acumulada no período:	113,01
Valor atualizado:	R\$ 1.431.427.200,00

BNDES cria linha de crédito de R\$ 30 bi para estados e municípios investirem

Modalidade de financiamento estava suspensa desde 2018; foco agora são projetos socioambientais

Alena Salembro

BRASÍLIA. Ampliar a capacidade de investimento de estados e municípios dentro da agenda de desenvolvimento socioambiental. Essa é a proposta da nova linha de crédito para a área da Federação, lançada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Deixou de existir em 2018, após o fim do programa de mobilidade urbana, saneamento, recursos hídricos, segurança pública, saúde, educação no município. A ideia inclui ainda a recuperação do patrimônio histórico e de áreas afetadas por eventos climáticos extremos, como enchentes e deslizamentos.

Compreende obras de infraestrutura para proteção de encostas e instalação de painéis solares para geração de energia distribuída em alguns exemplos práticos de projetos que se enquadram.

"Nossa área atua para gerar emprego e crescimento econômico, alinhados com políticas socioambientais que contribuem para a redução de desigualdades, recuperação e ampliação da infraestrutura física no país, promoção da agenda verde, além do combate aos efeitos das mudanças climáticas", afirma Campello.

Ela diz que o BNDES trabalha para conseguir taxas e prazos mais competitivos. O banco também oferece assistência para o cliente do setor público organizar seu projeto e captar o para ter acesso ao recurso. Em contrapartida, o interessado precisa ter espaço físico para se endossar.

Análise do banco de fomento, a partir de dados da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Monetário Nacional, aponta que estados têm limite fiscal para investimento de 10% do produto interno bruto (PIB) e os municípios, de 8% a 10%.

Segundo Campello, a restrição de investimento é uma prioridade do governo. Ela foi incluída na Lei da SIA (Lei 13.979/2020) e o banco está alinhado a essa diretriz. "O investimento público despenca nos últimos anos, mas o Brasil não vai voltar a crescer se não voltar a investir, e entendemos que todo investimento é importante — o do governo federal, o do setor privado, e também de estados e municípios", afirma.

"O BNDES perdeu relevância como agência de fomento nos últimos seis anos, principalmente devido à redução de recursos. Para voltar a ser relevante, precisamos ter projetos de qualidade e sustentabilidade de longo prazo e em transição de ciclo econômico, como o que o Brasil vive no momento". Porém, a ação de redução da inflação e proteção do poder aquisitivo da moeda por parte do Banco Central não necessariamente conflita com a política pública de apoio ao crescimento econômico e geração de empregos. Além disso, os projetos precisam ter modicidade orçamentária e sustentabilidade financeira. E o investimento em saúde e educação é a direção, a cada momento, do ciclo econômico, pelos impactos positivos em relação a agentes privados".



Tezza Campello, diretora socioambiental do BNDES. (Foto: Agência Brasil/Contraste)

Queda dos Investimentos públicos

Investimentos públicos, em % do PIB (Produto Interno Bruto)

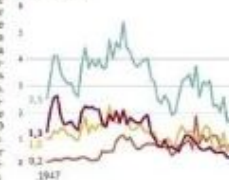


Foto: Atlas de Oportunidades pelo economista Fregi Felipe em base no Desenvolvimento Brasil do Ipea

Condições financeiras

Valor mínimo do fomento: R\$ 20 milhões

Participação do BNDES: conforme a linha, mas não inferior a 50% do investimento

Custo financeiro: TUF (Taxa de Longo Prazo) com variação trienal, em maio de 2022, foi de 13,55% ao ano

Taxa bancária: 0,9% a 1,3%

Prazos: 12 a 36 meses de carência e 12 a 24 anos de amortização

“O BNDES perdeu relevância como agência de fomento nos últimos seis anos, praticamente desapareceu nessa área, e agora estamos retomando esse papel com estados e municípios”

Tezza Campello, diretora socioambiental do BNDES

investimento público federal em municípios em anos recentes. Em 2021, por exemplo, foi de apenas 0,26 pontos do PIB, um dos menores índices da série histórica iniciada em 1947.

Segundo Alena, 75% dos investimentos feitos por governos, de 2001 a 2021, foram realizados por esses entes, sendo 38% por estados, e 37%, por municípios. Isoladamente, na média, cada um deles investiu mais que a União.

Em 2021, os investimentos dos diferentes níveis de governo caíram a um dos menores patamares da história, 1,3% do PIB. Subiram para 2% em 2022, mas passaram por estados (2,9%) e municípios (2,8%), com a União mantendo a mesma participação (2,9%) desde 2019.

"Estados e municípios obedecem às regras do FIC (Fundo de Responsabilidade Fiscal), ao contrário do governo federal", diz ela.

"Os estados hoje devem cumprir as metas de que devem quando a lei for editada, e as prefeituras podem fechar se não forem mais díscipulos em relação ao que em dívida. Em tese, tendem a investir cada vez mais".

O BNDES resuma o crédito a investimentos de estados e municípios no momento de recuperação dos financiamentos de forma geral, e aumento de taxas de juros, dentro do ciclo de aperto monetário promovido pelo BC (Banco Central) para combater a inflação.

Os dados até abril mostram queda de 17,5% nas concessões de crédito no mês, com reduções em várias modalidades. A incidência do banco, no entanto, não escapa em conflito com a política monetária, na avaliação de Nicola Fregi, economista chefe da Acred (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento).

Segundo ele, agentes de fomento como o BNDES, têm importância para a política de desenvolvimento de longo prazo e na transição de ciclo econômico, como o que o Brasil vive no momento.

"Porém, a ação de redução da inflação e proteção do poder aquisitivo da moeda por parte do Banco Central não necessariamente conflita com a política pública de apoio ao crescimento econômico e geração de empregos".

Além disso, os projetos precisam ter modicidade orçamentária e sustentabilidade financeira. E o investimento em saúde e educação é a direção, a cada momento, do ciclo econômico, pelos impactos positivos em relação a agentes privados".

Planalto atua para reduzir influência de governadores no Minha Casa

Lucas Marchesini e Cátia Seabra

BRASÍLIA. O governo federal conseguiu impedir que 60% dos recursos do Minha Casa, Minha Vida destinados para obras paradas, retrofit e empreendimentos em cidades com menos de 50 mil habitantes ficassem em mãos de governadores e prefeitos.

Agrupeição de votos em uma votação preliminar do relatório do deputado federal Ferran do Maranhão (União) no Senado para aprovar o governo federal. Em reunião do parlamentar com o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), áreas de fomento que o valor seria de 6% do total reservado para obras de infraestrutura.

Os dados são de uma análise feita pelo Barão de Maranguape, que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo do Senado.

Apresentação do Barão de Maranguape ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em uma reunião com os governadores, o que inclui os nomes citados como concorrentes na corrida presidencial de 2026, os ministros de Minas Gerais, Torquato Zetter (Pso), e São Paulo, Tarciso de Freitas (Repúblicas).

Maranguape iniciou a possibilidade de transferência de fundos a fundo para desviar para Caixa, assim, agilizar os processos.

O relatório foi apresentado ao Conselho de Estado para análise e votação quinta-feira (1º) no texto, que deve ser votado nesta quinta (1º).

Se aprovada a comissão, o texto precisa ser aprovado no plenário da Câmara e em seguida no Senado até meados de junho para não perder a validade.

Maranguape também sinalizou o envio de projetos enviados pelo governo, que têm 10 páginas. O substitutivo tem 40 laudas.

Entre as mudanças tradicionais pelo relatório está o aumento no valor das obras mesmo depois de elas terem sido iniciadas. Antes, o montante não era corrigido pela inflação, o que, segundo o parlamentar, levava construtores a abandonar empreendimentos.

Outra inovação está no incentivo à produção de unidades mais próximas dos centros urbanos com infraestrutura básica nos arredores.

Além disso, os projetos precisam ter modicidade orçamentária e sustentabilidade financeira. E o investimento em saúde e educação é a direção, a cada momento, do ciclo econômico, pelos impactos positivos em relação a agentes privados".

DÚVIDAS

O DMAE vai deixar de buscar esses investimentos para justificar a Concessão???

O DMAE está buscando recursos???





INVESTIMENTOS

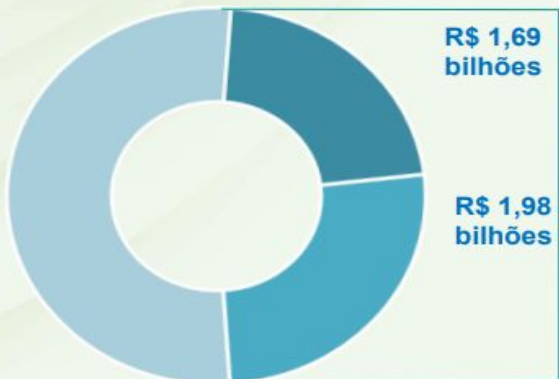


ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

DMAE com Parceirização

Compromissos Contratados

* Investimento de **R\$ 222 milhões** em saneamento para núcleos urbanos informais



ÁGUA

Investimentos de **R\$ 1,69 bilhões** em troca de canalizações, novos reservatórios, entre outros serviços e obras.

ESGOTO

Investimento de **R\$ 1,98 bilhões** em canalizações de esgoto e estações de tratamento de esgoto.



Universalização (96%) em 10 anos.

DRENAGEM URBANA

Necessidade de **R\$ 4 bilhões** em maior drenagem



Obras Associadas à Drenagem Urbana

Habitação de Interesse Social
Infraestrutura Urbana



CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

Nas planilhas elaboradas pelo BNDES foram usadas muitas premissas que não eram do DMAE e sim de outras companhias de saneamento.

Não foi atualizado o PMSB (apesar de ser um produto que deveria ter sido entregues pelo BNDES), no entanto os valores apresentados são semelhantes ao PMSB de 2015 mas ignoram os investimentos posteriores feitos pelo DMAE e as obras que estão em execução.

Para financiar Drenagem Urbana é necessário uma nova Política Tarifária como prevê o Novo Marco Legal! O DMAE está bancando desde 2020 uma parte da drenagem

O “excedente” da outorga não tem nenhuma garantia – vide caso da CORSAN



INVESTIMENTOS



ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

DMAE sem Parceirização

TARIFA

Necessidade de realinhamento da tarifa (água + esgoto)
47% da conta de esgoto
ou 21% da conta total (água + esgoto)

DRENAGEM URBANA

Contratações de novos empréstimos para obras de macrodrenagem

MONITORAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

Sem garantia de ações

UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTO

Universalização do esgoto em 37 anos

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

A Administração argumenta que o DMAE não tem condições de fazer os investimentos a partir de receitas próprias e omite que grandes investimentos, como o PISA, são realizados através de financiamentos!

É possível atender o Marco Legal, basta Autonomia e Gestão Eficiente!



INVESTIMENTOS



ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

Valor do lance inicial do Leilão: R\$ 400 mi

Valores estimados a investir pela concessionária em 10 anos (CAPEX): R\$ 4,1 bi + custos operacionais 35 anos R\$12,6 bi (OPEX) + outorga R\$ 3,59 bi = R\$ 20,29 bi

Valores estimados que serão arrecadados em 35 anos pela concessionária: R\$ 29,8 bi

Lucro estimado da concessionária: R\$ 9,51 bi (vai para os acionistas)

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

Valor arrecadado pelo DMAE: R\$ 800 mi/ano
O valor do lance inicial do Leilão da Concessão Parcial não foi definido para que será utilizado

Na prática a concessionária não faz os investimentos, paga menos pelas obras e pelos funcionários e presta serviço deficiente

A concessionária irá repassar ao DMAE R\$ 1,23/m³ de água tratada e um percentual das tarifas (27%)

Lucro do DMAE: é reinvestido em saneamento

REALIDADE

Estimando-se investimentos atuais pelas premissas do DMAE (PMSB):



INVESTIMENTOS

Esgotamento Sanitário:

Rede com separador total: 73%

Rede mista: 17% sendo que uma parcela já possui tratamento primário: fossa e filtro

Apenas água: 10%

Capacidade de tratamento: 80%

Investimentos necessários: SES Sarandi , Navegantes, Cavalhada e Salso R\$ 1,12 bilhões podendo-se utilizar sistemas de coleta em tempo seco e atingir meta do NML até 2033



Água: Já universalizada!!

Investimentos necessários para substituições de redes e adutoras; EBABs e Reservação: R\$ 1 bilhão Ainda estão sendo investidos pelo DMAE quase R\$ 300 milhões no novo Sistema Ponta do Arado e S.João



Drenagem: na prática o valor repassado pela Concessão será apenas suficiente para cobrir os custos de manutenção e operação dos sistemas atuais, ou seja, não haverá “sobra” para investimento



O que está sendo debatido



ARGUMENTOS PARA PRIVATIZAÇÃO

Não haverá aumento da tarifa



DMAE permanece prestando serviços à população e com o controle da água



Patrimônio existente continua sendo público



Patrimônio construído pelo parceiro também será público



O parceiro é um prestador de serviço, não é um proprietário



É reversível. O DMAE pode retomar a totalidade dos serviços em caso de descumprimento

CONTRAPONTO À PRIVATIZAÇÃO

Não é verdade. A concessão CEDAE/RJ não tem 2 anos e os “parceiros” já pediram realinhamento



O DMAE perde o controle da água distribuída à população e dos efluentes lançados pela concessionária



O Patrimônio do DMAE não é de um governo municipal! Os ativos do DMAE passam a ser controlados pela concessionária. A cidade não está à venda!



Por que arriscar um contrato de 35 anos com a premissa de que é reversível? Qualquer rompimento implica em multas milionárias. Não é reversível pois no caso de fracasso terá de ocorrer nova concessão



O que andam contando por aí... Modelo da CEDAE/RJ



CORREIO DO POVO

ESBORA: Maureen Xavier

Dmae: Modelo apoiado é alvo de reclamações no RJ

Prefeitura de Porto Alegre utiliza processo da Cedeae como referência na discussão do projeto de concessão parcial do departamento

Rafael Remkovski

RIO DE JANEIRO

No Rio, o leilão de Cedeae foi dividido em quatro blocos. Em abril de 2021, o Acopar orientado aos blocos 13 e 4) e o Igua Saneamento adquiriu um (2). Em novembro, a Aguas do Brasil americana o último bloco (3). Cada bloco é dividido entre partes do Capital, do Região Metropolitana e do interior. Para que houvesse um equilíbrio em cada bloco, fazendeiros a distribuição da água e a gestão comercial foram a três empresas. A o tratamento da água nam com a Cedeae declarações do prefeito gachista, Seimã (MDB), o modelo e inspiração para o prevê a concessão serviços do Departamento Municipal de Água e Porto Alegre (DMAE).

Porém, em comp o início de 2022, a concessão, o Proce trou um número 566 reclamações contra mária Aguas do Rio, ce a um dos consórci plom os serviços no Rio. A alta de e se deu principalm uma nova leva de t deméstris por modé Aey Glória, presiden cais dos Trabalhade dstrías da Purificaç ão de Água e e de Esgotos de Ní dargua-RJ), diz que de saneamento "já problemas" no esta maioria das recien consumidores não o do a Cedeae era a im tradora. Citando o Niconi, que desde i serviços de distr água, coleta e tratam gto concelhidos. G que o município vantes de esgote rios e canais. "A l

PORTO ALEGRE

O projeto de concessão parcial do Dmae ainda não tem prazo para ser enviado à Câmara de Porto Alegre, apesar de já ter um modelo desenhado pela prefeitura. A proposta visa o repasse pelo período de 30 anos, para a iniciativa privada das áreas de coleta e tratamento de esgoto, distribuição de água e gestão comercial da autarquia, assim como foi realizado na Cedeae.

Canário no Congresso é cada vez mais adverso para o Planalto

Em meio à guerra de lapaçada para definir a presidência, a relação entre o presidente e os integrantes do PTB do Rio de Janeiro, o Planalto tenta lidar com mais uma investida que acontece de alto e baixo. O deputado Arthur Lira (PP-AL) foi, no mês de quarta-feira, o requerimento para a criação da comissão que terá o objetivo de investigar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste caso, as articulações e a pressão da bancada ruralista, uma das mais potentes da Câmara, foram decisivas para o avanço da CPI. Movimento que tem ligação histórica com o PT. O MST entrou em vez na

TALINE OPPITZ
talinest@correiodopovo.com.br

HORA DO POVO

Home | Política | Política e Economia | Geral | Internacional | Especial | Cultura | Charge | Edições Anteriores | Arquivo | Contato

'Privatização do saneamento no RJ elevou tarifa e não cumpriu promessa de universalização'

Por Hora do Povo Publicado em 26 de janeiro de 2023

Foto: Agência Brasil

Versão impressa do HP

Neopcio de Carnos Neto "é com quem gosta de jurro alto"

Entregamos ofício em março/2023 com **41 questionamentos** à Direção Geral do DMAE (SEI 23.10.000005376-9), ao Conselho Deliberativo do DMAE e à Câmara de Vereadores a respeito das dúvidas quanto à Concessão (SEI 11800340/2023-17)

Até o momento não foram respondidos pela DG do DMAE!

Principais notícias

Espuma no Guandu faz Cedeae interromper abastecimento

g1 G1

Detergente na água do Guandu faz Cedeae parar abastecimento; sistema, que atende...

1 dia atrás

ODIA

Cedeae retoma funcionamento da ETA do Guandu após 14 horas de...

13 horas atrás

ATOS EM BRASÍLIA STF tem

O Supremo Tribunal (STF) formou maior desta qualificação para a segunda leva de da Procuradoria Geral (PGR) contra pessoas envolvidas no dia 9 de janeiro. O Alexandre de Moraes investigações se testes, Dias Toffi Faabin, Cármen L Fux e Luis Roberto

veja Rio

CIDADE | BEIRA-MAR | COMER & BEBER | PROGRAME-SE | CRIANÇAS | GRÁTIS | COLUNISTAS

Reclamações sobre aumento da conta de água sobem mais de 500% em um ano

Crescimento no número de queixas contra companhia de água e esgoto foi registrado pelo Procon Estadual do Rio de Janeiro

Por Redação VEJA RIO Atualizado em 14 mar 2023, 17h29 | Publicado em 14 mar 2023, 17h25

o que melhorou após concessão da cedeae

Todas | Notícias | Vídeos | Livros | Imagens | Mais | Ferramentas

Aproximadamente 94,400 resultados (0,69 segundos)

Na comparação entre os primeiros semestres de 2021 e 2022, o lucro líquido (R\$ 323 milhões) cresceu 272,8%, mesmo considerando a queda de 48,7% da receita operacional (R\$ 1,8 bilhão), causada pelo fim dos contratos de prestação de serviços para os municípios que aderiram à concessão. 1 de nov. de 2022

O que andam contando por aí...



DMAE

Com Parceirização



Sem aumento de tarifa e aumento de beneficiados pela tarifa social



Garantia de ações ambientais



Garantia de investimentos em drenagem urbana



Universalização de esgoto em 10 anos



Redução do quadro por aposentadorias sem demissões



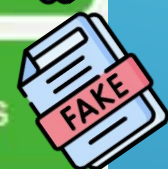
Sem Parceirização



Aumento da conta em 21%



Sem garantias de ações ambientais



Endividamento público para obras de drenagem urbana



Universalização do esgoto em 37 anos



Concurso para manutenção dos serviços





AÇÕES:
Foram entregues 3 representações ao Ministério Público de Contas do RS sobre as irregularidades do Contrato com BNDES e precarização do DMAE pela Administração Municipal atual





AÇÕES:
Outras entidades como o SENGE, ASTEC e IAB já se manifestaram contrárias a privatização do DMAE

10 Ex diretores da Autarquia se manifestaram contra o processo de concessão

Foram criadas 2 frentes parlamentares em defesa do DMAE Público na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa



Instalada Frente Parlamentar em defesa do DMAE público

Vicente Romano MTE 4920 11/05/2023 15:33 Celso Bender



COMPARTILHE: [f](#) [t](#) [i](#) [e](#)

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Em ato realizado no Salão Júlio de Castilhos do Palácio Farroupilha, foi instalada na Assembleia Legislativa, no início da tarde desta quinta-feira (11), a Frente Parlamentar em Defesa do DMAE Público. A Frente é uma iniciativa da deputada Sofia Cavedon (PT), que presidirá o grupo parlamentar.

#notapública

APOIO AOS SERVIDORES CORES, DMAE E SIMPA

Contra a privatização,
concessão e parcerização
do saneamento público.





ÁGUA É VIDA!  CORES DMAE 
NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

AÇÕES:
Mais de 6 mil camisetas vendidas

Apitaços e manifestações nos locais de trabalho e atividades públicas semanais contra a privatização desde 2017

Mais de 900 servidores do DMAE assinaram o abaixo assinado contra a Concessão



Como servidores do DMAE e moradores, vivemos dias de profundas incertezas quanto aos rumos do saneamento de Porto Alegre...



O passo proposto pela Administração Municipal e agora defendido pela Direção atual do DMAE é uma decisão política e não técnica e trará consequências gravíssimas ao Município e ao Erário público!

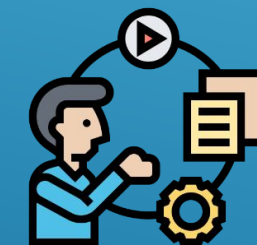


Ficaremos reféns de um monopólio privado sem reversão!

Aprovar a autorização para concessão do DMAE é assinar um cheque em branco!



Contamos com o apoio da CUTHAB e Câmara de Vereadores para manter o DMAE Público. Podemos construir soluções que permitam atender e superar as exigências do Novo Marco Legal do Saneamento com autonomia e protagonismo!



ÁGUA
É VIDA!



CORES
DMAE



NÃO À PRIVATIZAÇÃO!

OBRIGADO!